



Prefeitura de Manaus

Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB)

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 005/2012

05501S – PROCURADOR AUTÁRQUICO

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **80 (oitenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade das Provas terá a duração de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando sua Folha de Respostas ao fiscal, a qual será o único documento válido para a correção.
- O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões faltando **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que o candidato permaneça em sala até esse momento, deixando com o fiscal de sala a sua Folha de Respostas.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

A PROVA DIRCURSIVA SERÁ REALIZADA NO PERÍODO DA TARDE, CONFORME CONSTA EM EDITAL

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



04/2012

Espaço reservado para anotação das respostas

PREFEITURA DE MANAUS – IMPLURB – CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 005/2012

05501S – PROCURADOR AUTÁRQUICO



Nome: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **16 de abril de 2012**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Acerca do contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato individual de trabalho é acordo sempre expresso.
- (B) Se a sociedade cooperativa for do ramo de atividade agropecuário, haverá vínculo empregatício entre ela e seus associados.
- (C) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- (D) O contrato individual de trabalho não é reconhecido pela CLT.
- (E) Somente se considera como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado.

2. Em relação à rescisão do contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (B) Não é necessário que se especifique, no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, a natureza de cada parcela paga ao empregado.
- (C) O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, ainda que o empregado seja analfabeto.
- (D) O ato da assistência na rescisão contratual será sem ônus somente para o trabalhador.
- (E) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração integral a que teria direito até o termo do contrato.

3. Conforme a disposição legal, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até _____ dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

- (A) 8 (oito dias)
- (B) 5 (cinco dias)
- (C) 4 (quatro dias)
- (D) 3 (três dias)
- (E) 2 (dois dias)

4. A respeito da alteração do contrato de trabalho, analise as assertivas abaixo.

- I. Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- II. Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- III. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
- IV. É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. Acerca da remuneração, analise as assertivas abaixo.

- I. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
- II. As comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador não integram o salário.
- III. Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- IV. Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

6. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

De acordo com a Lei nº 12.506/11, ao aviso prévio serão acrescidos _____ por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

- (A) 10 (dez) dias
- (B) 8 (dez) dias
- (C) 5 (cinco) dias
- (D) 3 (três) dias
- (E) 2 (dois) dias

7. O Vale-Transporte, concedido nas condições e limites definidos pela Lei nº 7.418/85, no que se refere à contribuição do empregador,

- I. não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.
- II. não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- III. não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

É correto o que está contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

8. A hora do trabalho noturno será computada como de

- (A) 60 minutos.
- (B) 57 minutos.
- (C) 57 minutos e 30 segundos.
- (D) 55 minutos.
- (E) 52 minutos e 30 segundos.

9. Acerca das férias anuais, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado terá direito a 30 dias corridos de férias, quando não houver faltado ao serviço mais de 3 (três) vezes.
- (B) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) As faltas do empregado ao serviço podem ser descontadas do período de férias.
- (D) O período das férias não será computado como tempo de serviço.
- (E) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo não fará jus ao gozo das férias.

10. Acerca da competência e jurisdição da Justiça do Trabalho, analise as assertivas abaixo.

- I. São órgãos da Justiça do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- II. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de 27 (vinte e sete) Ministros, escolhidos entre brasileiros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- III. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

11. Assinale a alternativa correta, tendo em vista as disposições legais acerca do processo e procedimento nos dissídios individuais e coletivos do trabalho.

- (A) Depois de encerrado o juízo conciliatório, é vedado às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo.
- (B) Os Juízes e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.
- (C) Via de regra, os atos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho serão sigilosos.
- (D) A penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, ainda que mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- (E) No direito processual do trabalho, os prazos estabelecidos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

12. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o **mínimo** de

- (A) R\$5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos).
- (B) R\$6,48 (seis reais e quarenta e oito centavos).
- (C) R\$8,76 (oito reais e setenta e seis centavos).
- (D) R\$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos).
- (E) R\$11,73 (onze reais e setenta e três centavos).

13. Assinale a alternativa **incorreta**, tendo em vista as disposições legais acerca das nulidades no Direito Processual do Trabalho.

- (A) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (B) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. Deverá, entretanto, ser declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.
- (C) O juiz ou Tribunal que se julgar incompetente determinará, na mesma ocasião, que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.
- (D) Quando arguida por quem lhe tiver dado causa, a nulidade será pronunciada.
- (E) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

14. Acerca da execução na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- (B) Na liquidação, faculta-se ao reclamante discutir matéria pertinente à causa principal.
- (C) Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 16 (dezesseis) dias, sob pena de preclusão.
- (D) Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, exceto de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 24 (vinte e quatro) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (E) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data da audiência inaugural.

15. Analise as assertivas abaixo, tendo em vista as disposições legais acerca dos dissídios coletivos.

- I. Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.
- II. O Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 4 (quatro) anos.
- III. Sempre que, no decorrer do dissídio, houver ameaça de perturbação da ordem, o presidente requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

16. Tendo em vista a previsão legal, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado _____ dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

- (A) 2 (dois)
- (B) 3 (três)
- (C) 5 (cinco)
- (D) 8 (oito)
- (E) 10 (dez)

17. Das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos, cabe para a instância superior

- (A) apelação.
- (B) recurso ordinário.
- (C) embargos.
- (D) agravo.
- (E) recurso de revista.

18. Acerca dos requisitos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência, como um dos requisitos do ato administrativo, é renunciável.
- (B) A competência é requisito discricionário do ato administrativo.
- (C) O objeto dos atos administrativos é a criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação da Administração Pública.
- (D) A forma se apresenta como requisito vinculado do ato administrativo.
- (E) Motivo ou motivação é requisito vinculado do ato administrativo, consistindo na explicação, por escrito, da finalidade do ato.

19. Sobre o ato administrativo, analise as assertivas abaixo.

- I. A prolação de sentença judicial por sujeito que não seja magistrado é exemplo de ato administrativo ineficiente, configurando-se como usurpação de função pública.
- II. O ato praticado com excesso de poder é feito por agente competente.

Com base nisso, é correto afirmar que

- (A) a primeira assertiva é causa da segunda.
- (B) a segunda assertiva é causa da primeira.
- (C) as assertivas I e II são corretas.
- (D) as assertivas I e II são incorretas.
- (E) apenas a assertiva I é correta.

20. Acerca do procedimento das licitações, conforme as disposições da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser posteriormente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.
- (B) Somente o interessado em participar da licitação é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (C) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- (D) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- (E) É vedado ao licitante brasileiro cotar preço em moeda estrangeira, inclusive quando for permitido ao licitante estrangeiro.

21. Considerando-se as disposições legais acerca da formalização dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
- (B) É nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal com a Administração.
- (C) Todo contrato, exceto o de obra pública, deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas legais e às cláusulas contratuais.
- (D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial não é condição indispensável para sua eficácia.
- (E) O instrumento de contrato é facultativo nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.

22. De acordo com as disposições da Lei nº 8.122/90, **não** é dever do servidor público

- (A) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- (B) ser leal às instituições a que servir.
- (C) observar as normas legais e regulamentares.
- (D) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (E) cumprir as ordens superiores, ainda quando manifestamente ilegais.

23. Considerando-se as disposições legais acerca do processo administrativo, analise as assertivas abaixo.

- I. O processo administrativo pode iniciar-se a pedido de interessado, sendo vedado o seu início de ofício.
- II. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.
- III. É vedada a manifestação de terceiros no processo administrativo, ainda quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral.
- IV. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e IV, apenas.

24. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

“ _____ é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.”

(MEIRELLES, Hely Lopes *apud* MAZZA, Alexandre; **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012).

- (A) Poder disciplinar
- (B) Poder hierárquico
- (C) Poder de polícia
- (D) Poder vinculado
- (E) Poder discricionário

25. Assinale a alternativa **incorreta**, considerando-se as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/41.

- (A) A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
- (B) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.
- (C) Àquele que for molestado por excesso ou abuso de poder, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal.
- (D) É vedado ao Poder Legislativo tomar a iniciativa da desapropriação.
- (E) Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

26. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o seguinte direito trabalhista:

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) fundo de garantia do tempo de serviço.
- (C) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (D) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

27. Considerando-se o que dispõe a Lei Orgânica de Manaus, o Prefeito será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado na seguinte situação:

- (A) impedir o funcionamento regular da Câmara Municipal.
- (B) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
- (C) proceder de modo incompatível com a dignidade do cargo.
- (D) praticar contravenção penal.
- (E) ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei.

28. Considerando-se as previsões da Lei Orgânica de Manaus acerca da política urbana, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os cemitérios públicos ou particulares, permitidos ou concedidos pelo Poder Público, estão obrigados a dispor de, entre outros, capela católica.
- (B) O Plano Diretor, aprovado por metade dos integrantes da Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.
- (C) É vedado ao Prefeito de Manaus designar representante para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
- (D) Será estimulada a formação de cooperativas, associações, condomínios de habitação, bem como a utilização de sistemas de autoconstrução, como forma de viabilizar o acesso à população à casa própria.
- (E) A execução das obras públicas municipais não poderá ser realizada, diretamente, pela Prefeitura.

29. Tendo em vista as disposições do Estatuto das cidades (Lei nº 10.257/01), assinale a alternativa correta.

- (A) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pela Câmara dos Deputados e serão resgatados no prazo de até cinco anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- (B) O valor real da indenização computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
- (C) Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- (D) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 10 (dez) anos, contado a partir da notificação ao proprietário.
- (E) O aproveitamento do imóvel somente poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público.

30. Acerca da usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
- (B) O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.
- (C) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.
- (D) Na ação de usucapião especial urbana, faculta-se a intervenção do Ministério Público.
- (E) Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.

31. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras ações,

- I. preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- II. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- III. definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- IV. exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

32. Considerando as disposições constitucionais acerca do meio ambiente, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- (B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (C) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (D) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (E) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

33. Sobre a ação civil pública, com vistas à responsabilização por danos causados ao meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação civil somente poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (B) Se, no exercício de suas funções, os juizes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- (C) O único legitimado para a propositura da ação civil pública é o Ministério Público.
- (D) Na ação civil pública é vedado o litisconsórcio.
- (E) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias úteis.

34. A prova da cidadania, para propositura da ação popular, nos termos da Lei nº 4.717/65, será feita com o(a)

- (A) certidão de nascimento, ou com documento que a ele corresponda.
- (B) cadastro de pessoa física, ou com documento que a ele corresponda.
- (C) registro geral, ou com documento que a ele corresponda.
- (D) título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- (E) carteira nacional de habilitação, ou com documento que a ele corresponda.

35. Tendo em vista as disposições da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições:

- I. quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou municipal.
- II. quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal.
- III. quando o loteamento abranger área superior a 50.000m².

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

36. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de _____ dias, sob pena de caducidade da aprovação.

- (A) 30 (trinta)
- (B) 60 (sessenta)
- (C) 90 (noventa)
- (D) 120 (cento e vinte)
- (E) 180 (cento e oitenta)

37. Considerando a classificação das Constituições, pode-se afirmar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é

- (A) ortodoxa.
- (B) pactuada.
- (C) rígida.
- (D) consuetudinária.
- (E) semi-flexível.

38. Em relação à supremacia da Constituição, à aplicabilidade das normas constitucionais e sua interpretação, assinale a alternativa correta.

- (A) A necessidade de adequação do conteúdo da norma infraconstitucional às normas constitucionais é consequência do reconhecimento da supremacia material da Constituição.
- (B) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade plena até que lei posterior restrinja seus efeitos.
- (C) À norma constitucional, deve ser atribuído o sentido que lhe dê o mínimo de efetividade.
- (D) A interpretação da Constituição deve se dar pontualmente, sendo vedada a sua interpretação sistemática, que leva em consideração a sua unidade.
- (E) A interpretação constitucional deve prestigiar os sentidos que favoreçam a desintegração entre os setores da sociedade.

39. Considerando a previsão constitucional dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (B) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para dois períodos subsequentes.
- (C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- (D) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, ainda se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, após trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

40. Sobre as disposições constitucionais acerca da organização do Estado, analise as assertivas abaixo.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- II. É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- III. A faixa de até 150km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
- IV. Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

41. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, **exceto** quando

- I. deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada.
- II. não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- III. não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- IV. o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

É correto o que está contido em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

42. Segundo estimativas do IBGE, em julho de 2011, a população do Município de Manaus era de 1.832.423 habitantes. Considerando a previsão constitucional, para a composição da Câmara Municipal do Município de Manaus, será observado o limite máximo de

- (A) 29 vereadores.
- (B) 35 vereadores.
- (C) 39 vereadores.
- (D) 41 vereadores.
- (E) 43 vereadores.

43. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, **não** se aplica a seguinte disposição:

- (A) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

44. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

- I. de metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- II. do Presidente da República.
- III. de menos da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- IV. de Governador de Estado.

É correto o que está contido em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

45. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,

- (A) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (B) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- (D) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (E) nos crimes de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

46. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de _____ membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de _____ anos, admitida uma recondução.

- (A) 12 (doze)/ 2 (dois)
- (B) 14 (catorze)/ 3 (três)
- (C) 14 (catorze)/ 2 (dois)
- (D) 15 (quinze)/ 2 (dois)
- (E) 15 (quinze)/ 3 (três)

47. Sobre a obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação acessória não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária, pelo simples fato da sua inobservância.
- (B) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (D) Via de regra, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (E) Para configuração da capacidade tributária passiva é imprescindível que a pessoa jurídica esteja regularmente constituída.

48. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal

- I. quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- II. quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- III. quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

49. Tendo em vista as disposições legais sobre o lançamento, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A atividade administrativa de lançamento é discricionária e facultativa.
- (B) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- (D) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (E) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

50. Assinale a alternativa que apresenta o que extingue o crédito tributário.

- (A) A moratória.
- (B) A decisão judicial passada em julgado.
- (C) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (D) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (E) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

51. Considerando as disposições legais em relação à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- (B) Excluem o crédito tributário a isenção e o parcelamento.
- (C) É vedada, em qualquer situação, a restrição da isenção a determinada região do território da entidade tributante.
- (D) A isenção não pode ser concedida em caráter geral.
- (E) A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

52. De acordo com as disposições legais, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em _____ anos, contados da data da sua constituição definitiva.

- (A) 2 (dois)
- (B) 3 (três)
- (C) 4 (quatro)
- (D) 5 (cinco)
- (E) 8 (oito)

53. A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar deve ser feita por

- (A) Lei ordinária.
- (B) Resolução.
- (C) Portaria.
- (D) Despacho.
- (E) Lei complementar.

54. Tendo em vista as disposições sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, analise as assertivas abaixo.

- I. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- II. A execução fiscal poderá ser promovida contra o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.
- III. A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- IV. O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

55. Tendo em vista as disposições sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa que **não** se coaduna com as previsões do Código Civil.

- (A) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- (B) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- (C) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- (D) Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.
- (E) Às pessoas jurídicas não se aplicam os direitos de personalidade.

56. Em relação ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- (B) As nulidades dos negócios jurídicos somente podem ser alegadas pelo Ministério Público.
- (C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.
- (D) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, podendo ser pronunciada de ofício ou alegada pelas partes, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (E) É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

57. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais acerca da prescrição.

- (A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (B) A renúncia da prescrição somente pode ser expressa.
- (C) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.
- (D) A prescrição pode ser alegada somente na primeira instância.
- (E) A prescrição iniciada contra uma pessoa suspende-se contra o seu sucessor.

58. De acordo com o Código Civil – Das modalidades das obrigações, analise as assertivas abaixo.

- I. Os frutos percebidos são do credor.
- II. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- III. Se a coisa se perder, ainda que sem culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

59. Considerando as disposições legais acerca dos atos unilaterais, analise as assertivas abaixo.

- I. Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido.
- II. Quem quer que, nos termos do artigo 854 do Código Civil, fizer o serviço, ou satisfizer a condição, ainda que não pelo interesse da promessa, poderá exigir a recompensa estipulada.
- III. Antes de prestado o serviço ou preenchida a condição, pode o promitente revogar a promessa, contanto que o faça com a mesma publicidade; se houver assinado prazo à execução da tarefa, entender-se-á que renuncia o arbítrio de retirar, durante ele, a oferta.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

60. Assinale a alternativa correta, no que tange à responsabilidade civil.

- (A) A responsabilidade civil é independente da criminal. Sendo assim, há a possibilidade de questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, ainda que estas questões se achem decididas no juízo criminal.
- (B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer situação.
- (C) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, inclusive nas situações em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- (D) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, a metade do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- (E) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

61. Sobre o Código Civil – Das preferências e privilégios creditórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor.
- (B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer situação.
- (C) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, inclusive nas situações em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- (D) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, a metade do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- (E) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

62. Considerando as previsões legais da superfície, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, ainda que seja inerente ao objeto da concessão.
- (B) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) A concessão da superfície será gratuita ou onerosa; se onerosa, o pagamento somente poderá ser feito de uma só vez.
- (D) O direito de superfície é intransferível.
- (E) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário.

63. Em relação ao Código Civil, analise as assertivas abaixo, considerando as normas que disciplinam a sociedade em comum.

- I. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo.
- II. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- III. Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que terá eficácia contra terceiro.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

64. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum

- (A) o autor.
- (B) o réu.
- (C) as partes.
- (D) o valor da causa.
- (E) o objeto ou a causa de pedir.

65. **Não** é necessária a citação de ambos os cônjuges para as ações

- (A) que versem sobre direitos reais imobiliários.
- (B) resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
- (C) fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados.
- (D) para cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública.
- (E) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

66. É admissível o chamamento ao processo

- I. do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- II. dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.
- III. de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

67. Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 08 (oito) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

68. Acerca do pedido, analise as assertivas abaixo.

- I. O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- II. É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- III. As prestações periódicas somente serão consideradas incluídas no pedido, mediante declaração expressa do autor.
- IV. É vedada a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles não houver conexão.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

69. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de _____, reformar sua decisão.

- (A) 24 (vinte e quatro) horas
- (B) 48 (quarenta e oito) horas
- (C) 5 (cinco) dias
- (D) 10 (dez) dias
- (E) 15 (quinze) dias

70. Acerca da revelia, analise as assertivas abaixo.
- I. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
 - II. Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 (quinze) dias.
 - III. Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
 - IV. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, III e IV, apenas.
 - (C) I, II e III, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I, II e IV, apenas.

71. Tendo em vista as disposições legais acerca da sentença, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.
 - (B) Permite-se ao juiz proferir sentença ilíquida, ainda quando o autor tiver formulado pedido certo.
 - (C) Ao juiz é facultado proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
 - (D) A sentença deve ser certa, exceto quando decida relação jurídica condicional.
 - (E) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada somente na sentença.

72. **Não** fazem coisa julgada
- I. os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
 - II. a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
 - III. a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- É correto o que está contido em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) I, II e III.

73. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus, as omissões do Poder Público Municipal, que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais, serão sanadas, na esfera administrativa, dentro de _____ dias do requerimento do interessado, incidindo em falta grave, punível com a destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de confiança em órgão da Administração direta, indireta ou fundacional, o agente público que injustificadamente deixar de fazê-lo.

- (A) 30 (trinta)
- (B) 60 (sessenta)
- (C) 90 (noventa)
- (D) 120 (cento e vinte)
- (E) 180 (cento e oitenta)

74. Dependem do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, a autorização para

- (A) Plano Diretor.
- (B) Plano de cargos e salários.
- (C) Concessão de serviço público.
- (D) Lei de regulamentação de permissões e concessões.
- (E) Estatuto dos Servidores Municipais.

75. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

O subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Manaus corresponderá a _____ dos subsídios mensais dos Deputados Estaduais.

- (A) 50% (cinquenta por cento)
- (B) 75% (setenta e cinco por cento)
- (C) 85% (oitenta e cinco por cento)
- (D) 92,5% (noventa e dois e meio por cento)
- (E) 95% (noventa e cinco por cento)

76. Considerando-se o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, **não** é forma de provimento dos cargos públicos

- (A) ascensão.
- (B) transferência.
- (C) reintegração.
- (D) revisão.
- (E) aproveitamento.

77. Tendo em vista o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, assinale a alternativa correta.

- (A) Possui direito a férias o funcionário que, durante o período de sua aquisição, permanecer em gozo de licença para tratar de interesse particular.
- (B) As férias não poderão ser antecipadas, ainda que a pedido do funcionário.
- (C) As férias poderão ser acumuladas até dois períodos consecutivos, a pedido do funcionário, quando feito 15 (quinze) dias antes do estabelecido na escala respectiva.
- (D) Ao funcionário, em gozo de férias, serão conferidas as respectivas vantagens.
- (E) O funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias, será obrigado a apresentar-se antes de seu término.

78. Segundo o Código Ambiental do Município de Manaus, a área representativa do ecossistema, de posse e domínio públicos destinada à proteção integral, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, se enquadra na definição da seguinte categoria de unidade de conservação:

- (A) reserva biológica.
- (B) monumento natural.
- (C) refúgio de vida silvestre.
- (D) estação ecológica.
- (E) área de relevante interesse ecológico.

79. Em face do que dispõe o Código Ambiental do Município de Manaus, tem como membro nato

- (A) Secretário Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente.
- (B) Prefeito Municipal.
- (C) Presidente da Câmara Municipal.
- (D) Vice-Prefeito.
- (E) Governador do Estado.

80. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

O prazo para pedido de reconsideração e interposição de recurso contra as decisões proferidas nos processos de regularização de que trata a Lei nº 846/2005 é de _____ dias corridos, contados a partir da data da publicação da decisão.

- (A) 05 (cinco)
- (B) 10 (dez)
- (C) 15 (quinze)
- (D) 20 (vinte)
- (E) 30 (trinta)